



IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: PERSPECTIVAS DE GESTORES DE DUAS ESCOLAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Deyse Nery de Souza – UFAM, deysenerydesouza@gmail.com
Nara Maciel Falcão Lima – UFAM, narafalcao@ufam.edu.br

Eixo 03

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC no período de 2024/2025. O Projeto intitulado “Itinerários formativos e projetos de vida no novo ensino médio: perspectiva dos gestores de duas escolas da rede estadual do Amazonas”, recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM e articula-se a um projeto em rede contemplado na chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 40/2022 Pró-Humanidades: Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Humanidades, coordenado nacionalmente pela Profa. Dra. Vivian Weller (UnB), com coordenação regional no Estado do Amazonas pela Profa. Dra. Nádia Maciel Falcão (UFAM). O objetivo principal do estudo foi analisar, sob a ótica da gestão escolar, as experiências relacionadas à implementação e organização dos itinerários formativos e do componente curricular projeto de vida no currículo de duas escolas estaduais de Manaus. Estruturou-se a partir de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa de campo. O levantamento de dados foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores das duas escolas selecionadas. A análise dos dados foi realizada com base em categorias construídas a partir das leituras teóricas, buscando compreender os aspectos sociais, institucionais e pedagógicos envolvidos na implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Os resultados indicaram que a transição para o NEM ocorreu de forma acelerada e sem planejamento adequado, gerando insatisfação entre gestores e professores, além de dificuldades estruturais e pedagógicas nas escolas envolvidas.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, Itinerários Formativos, Projetos de Vida.



INTRODUÇÃO

O Ensino Médio representa a etapa final da Educação Básica, conforme estabelecido no artigo 35 da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define suas finalidades como a consolidação de conhecimentos, a preparação para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, bem como o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

A promulgação da Lei nº 13.415/2017, resultou em alterações na legislação educacional, instituindo, por sua vez, uma reforma estrutural no Ensino Médio, tal reforma ocorreu por uma tramitação singular e pouco dialogada com os principais envolvidos da comunidade escolar. Originada pela Medida Provisória nº 746/2016 e pela Portaria nº 1.145/2016, essa reforma deu origem ao denominado Novo Ensino Médio (NEM), propondo uma reorganização do currículo em três frentes: formação geral básica, itinerários formativos e projeto de vida.

A propaganda oficial da reforma sustentou-se na promessa de flexibilização curricular e maior alinhamento com os interesses dos estudantes e as demandas do mercado de trabalho. Contudo, essa narrativa tem sido amplamente contestada por pesquisadores, que apontam para o caráter tecnicista e excluente da proposta. De acordo com Cássio e Goulart,

A fim de camuflar o caráter regressivo da reforma e forjar um consenso social sobre sua urgente necessidade, a propaganda do ‘Novo’ Ensino Médio ocupou-se, desde o início, de culpabilizar escolas e profissionais da educação por um fenômeno social complexo e multicausal: o grande contingente de jovens egressos/as do ensino médio que não prosseguem os estudos no ensino superior e nem encontram uma colocação profissional – a frivolamente denominada ‘geração nem-nem’. [...] A propaganda divulgou maravilhas sobre o NEM; mas também transformou escolas e professores/as em bodes expiatórios do propalado ‘desencanto da juventude’ com o ensino médio público brasileiro. Este seria antiquado, desvinculado das demandas profissionais contemporâneas e inchado de conteúdos sem grande utilidade para a juventude (2022, p. 286).



A ampliação da carga horária anual de 800 para 1.400 horas, por exemplo, tem gerado críticas quanto à sua viabilidade, especialmente para estudantes da rede pública que muitas vezes, já iniciam algumas atividades laborais para auxiliar no sustento da família e precisam conciliar com o tempo que deveria ser dedicado aos estudos. Bando e Fensterseifer (2023), afirmam que:

[...] as disputas em torno do ensino médio são históricas no Brasil e datam, pelo menos, da década de 1930, e que após o período da redemocratização, na elaboração da lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1996, as pressões por uma reforma nesta etapa ocorreram por anos, sobretudo pelo setor empresarial [...] (2023, p. 20712).

O cenário histórico que envolve a promulgação da Lei nº 13.415/2017, indica que sua implementação permanece como um dos temas mais controversos no campo educacional brasileiro. A reforma do Ensino Médio, marcada por decisões políticas aceleradas e por uma condução pouco dialógica, tem gerado impasses e divergências significativas entre pesquisadores, profissionais da educação e a sociedade civil. Conforme apontam Cássio e Goulart (2022), a participação efetiva dos sujeitos escolares na construção dos conteúdos e diretrizes do Novo Ensino Médio (NEM) foi limitada, contrariando os discursos oficiais que prometiam protagonismo juvenil e liberdade de escolha.

Neste sentido, a pesquisa científica sobre o NEM se justifica pela necessidade de promover análises críticas e reflexivas sobre os impactos das mudanças curriculares na educação básica. E a produção de conhecimento sobre o NEM é fundamental para ampliar o debate público, subsidiar políticas educacionais mais equitativas e contribuir para a construção de uma educação que respeite as múltiplas realidades dos estudantes brasileiros.



METODOLOGIA

O estudo configurou-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza exploratória, com o propósito de revisitar fundamentos teórico-metodológicos da área educacional para analisar as percepções de gestores escolares sobre os processos de implementação e organização dos itinerários formativos e do componente curricular “projeto de vida” no contexto do ensino médio. Segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa em ciências sociais permite acessar dimensões da realidade que não podem ser quantificadas, embora não exclua a possibilidade de utilização de dados quantitativos. O caráter exploratório da pesquisa justificou-se pela busca de elementos que possibilitassem uma análise crítica da problemática central, conforme Gonsalves (2003), ao afirmar que “esse tipo de pesquisa oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema” (p. 65).

O estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo em duas instituições da rede estadual de ensino localizadas em Manaus. A população-alvo foi composta pelos gestores dessas unidades escolares, selecionados com base nos objetivos da pesquisa e nas condições operacionais para sua realização. A escolha dos participantes seguiu critérios qualitativos, priorizando a relevância dos sujeitos para o objeto de estudo, o que caracterizou a amostra como não-probabilística.

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista, considerada por Minayo (2007) como a estratégia mais recorrente no trabalho de campo, tanto no sentido amplo de comunicação verbal quanto no sentido restrito de obtenção de informações sobre um tema específico (p. 64). O instrumento aplicado foi um roteiro semiestruturado, contendo questões relacionadas à estruturação e execução do Novo Ensino Médio nas escolas. As entrevistas foram realizadas nas dependências das instituições, em horários previamente acordados com os gestores, e gravadas mediante autorização dos participantes.

A coleta de dados esteve condicionada à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Todos os participantes



foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que também garantiu o anonimato dos envolvidos em eventuais publicações dos resultados. A análise dos dados foi orientada por categorias construídas a partir de leituras fundamentadas na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Essa abordagem teórico-metodológica permitiu compreender os fenômenos educacionais a partir da totalidade, considerando as contradições, transformações e a processualidade das relações entre o singular, o particular e o geral. O enfoque dialético possibilitou não apenas a apreensão das relações objetivas que estruturam o campo educacional, mas também das representações sociais que expressam os significados atribuídos pelos sujeitos à sua realidade.

DISCUSSÃO

Este estudo apresenta um recorte dos dados obtidos num estudo realizado no âmbito do Programa de Iniciação Científica – PIBIC, realizado no período de 2024-2025 a partir do projeto intitulado: “Itinerários formativos e projetos de vida no novo ensino médio: perspectiva dos gestores de duas escolas da rede estadual do Amazonas”, projeto que investigou sobre a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no estado do Amazonas. Conforme Silva e Boutin (2018), a reforma educacional foi introduzida de maneira acelerada, configurando-se como uma das primeiras medidas adotadas após o processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff.

Sua tramitação em regime de urgência, sem o devido debate público e em meio a um cenário de instabilidade política e econômica, suscitou reações adversas em muitas regiões do país, além de levantar questionamentos sobre os reais interesses por trás da rapidez na aprovação no poder legislativo.

A proposta de ampliação da carga horária anual de 800 para 1.400 horas, associada ao discurso oficial de liberdade de escolha por parte dos estudantes, foi amplamente contestada, uma vez que a legislação não assegura efetivamente tal

autonomia. A ausência de diálogo com os principais atores da comunidade escolar, alunos, professores e gestores evidenciou um processo de implementação desconectado das realidades locais. No contexto amazonense, observou-se a inserção de componentes curriculares alheios à vivência regional, o que gerou insatisfação entre os envolvidos, agravada pela falta de esclarecimentos sobre os procedimentos de transição.

O estudo possibilitou a constatação sobre a inexistência de investimentos destinados à adequação da infraestrutura escolar, comprometendo a realização das atividades previstas nos itinerários formativos e no componente “projeto de vida”. A escassez de materiais e equipamentos necessários à execução das novas diretrizes curriculares contribuiu para o aumento da evasão escolar, conforme relatado pelos gestores entrevistados.

A análise dos relatos dos gestores de ambas as escolas e dos pedagogos, indicaram uma certa insatisfação em relação a como se deu o processo de transição para o Novo Ensino Médio nas escolas e a formação precarizada ofertada aos professores e à gestão. Foram relatados os enfrentamentos em relação à adaptação ao novo currículo e aos novos componentes previstos para o novo ensino médio. Neste ponto os dados dialogam com estudos de Silva e Boutin (2018), onde afirmam que “são muitas as insatisfações dos educadores e dos educandos com relação ao Novo Ensino Médio” (p. 530).

Diante desse cenário, torna-se evidente que a implementação do NEM no Amazonas foi marcada por improvisações e ausência de planejamento estratégico, resultando em desafios significativos para a comunidade escolar. A precarização da formação docente aliada à insuficiência de recursos físicos e pedagógicos, comprometeu a efetividade da reforma. Tal fato reforça a necessidade de considerar as especificidades regionais e de promover um processo de construção curricular que dialogue com as realidades dos estudantes, visando a equidade e a qualidade na educação básica.

A pesquisa contribuiu para o aprofundamento das discussões sobre o Novo Ensino Médio, oferecendo subsídios teóricos e empíricos que podem orientar políticas

educacionais mais sensíveis às especificidades regionais e às trajetórias juvenis. A análise crítica das experiências relatadas pelos gestores escolares foi fundamental para compreender os limites e possibilidades da reforma curricular em curso.

CONCLUSÕES

A implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no estado do Amazonas evidenciou um processo marcado por improviso, ausência de planejamento e desconsideração das especificidades regionais. Os dados obtidos por meio de entrevistas com gestores escolares revelaram que a transição curricular foi conduzida sem diálogo efetivo com a comunidade escolar, sem formação adequada dos profissionais envolvidos e sem infraestrutura mínima para garantir a efetividade dos itinerários formativos e do componente projeto de vida. A falta de escuta e de preparação prévia comprometeu a capacidade das escolas de se adaptarem às exigências da reforma.

Embora o NEM tenha sido apresentado como uma proposta de modernização e flexibilização curricular, voltada para o “protagonismo juvenil” e a construção de projetos de vida, os resultados indicaram que sua implementação desconsiderou o contexto socioeconômico dos estudantes da rede pública. A ampliação da carga horária, por exemplo, afetou diretamente alunos que precisam conciliar os estudos com o trabalho, agravando a evasão escolar e dificultando o acesso ao ensino superior. A promessa de escolha e “personalização” do percurso formativo foi esvaziada pela padronização curricular e pela ausência de mecanismos reais de participação estudantil.

Os relatos dos gestores apontaram para um cenário de insegurança institucional e desinformação. A escuta da comunidade escolar, prevista para ocorrer ao longo de um ano, foi reduzida a uma semana antes do início das aulas. Os cursos de formação docente foram mal divulgados, pouco acessíveis e, em muitos casos, inexistentes. Além disso, não houve repasse de recursos financeiros para adequação



das escolas, o que inviabilizou a oferta adequada das mudanças previstas na dinâmica de organização do NEM, o que, por sua vez termina por comprometer a qualidade das ações pedagógicas, conforme assinalaram os membros da equipe gestora das duas escolas investigadas.

A análise dos dados evidenciou que a reforma curricular foi imposta de forma verticalizada, sem considerar as realidades locais e sem garantir condições mínimas para sua efetivação. A falta de infraestrutura, a precarização da formação docente e a ausência de planejamento estratégico revelam um modelo de reforma que aprofunda desigualdades históricas e fragiliza o vínculo entre os estudantes e as instituições.

Tal cenário sugere uma urgente reconfiguração das políticas educacionais voltadas para o ensino médio, com base em princípios de justiça social, escuta ativa e valorização dos saberes locais. A construção de um currículo transformador exige participação democrática, investimento contínuo e respeito à diversidade das trajetórias juvenis. É necessário que as reformas educacionais sejam planejadas com base em diagnósticos reais e que envolvam os sujeitos escolares em todas as etapas do processo.

Mais do que uma análise circunstancial, este estudo constitui um alerta sobre os riscos de reformas educacionais conduzidas sem diálogo, sem planejamento e sem compromisso com a realidade concreta das escolas públicas. A resistência pedagógica, a produção de conhecimento crítico e o fortalecimento da autonomia escolar são caminhos indispensáveis para que o ensino médio cumpra sua função social e emancipadora. Que o “novo” não seja apenas um rótulo, mas uma oportunidade real e consistente de reconstrução curricular com base na escuta, na participação e na justiça educacional.



REFERÊNCIAS

BANDO, Janaina Rossarolla; FENSTERSEIFER, Daniel Pulcherio. O discurso por trás das escolhas dos itinerários formativos do novo ensino médio: uma crítica ao sistema educacional brasileiro. **Revista Observatório De La Economia Latinoamericana**, Curitiba, v.21, n.11, p. 20706-20725. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.55905/oelv21n1-115>>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BATISTA, Sueli Soares dos Santos; PEREIRA, Daniel Capella; ABREU, Claudia Barcelos de Moura; PESSOA, Monique Rufino da Silva. Profissionalização e a reforma do ensino médio: dispositivos institucionais na política pública paulista. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 483-503, mai./ago. 2022. Disponível em: <[Profissionalização e a reforma do ensino médio: dispositivos institucionais na política pública paulista | Retratos da Escola](#)>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. PEC 241/2016. Proposta de Emenda à Constituição. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2016.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [L9394](#). Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 set 2016. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Exposição de Motivos. Brasília, DF: Câmara dos deputados. Disponível em: [MPV 746](#). Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1145, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 out 2016. Seção 1, p. 23-25.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da escola**, [S. l., v. 16, n. 35, p. 285-293, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 8 ago. 2025.



FURTADO, Renan Santos; SILVA, Vergas Vitória Andrade da. A reforma em curso no ensino médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 158-179, jan./mar. 2020. Disponível em: <[A REFORMA EM CURSO NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO E A NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES ESCOLARES E SOCIAIS | Revista e-Curriculum](#)>. Acesso em: 8 ago. 2025.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

HISSA, Débora Liberato Arruda; BRASIL, Jaciara de Barros. Novo Ensino Médio e os itinerários formativos: possibilidades para os multiletramentos?. **Travessias Interativas**, São Cristóvão (SE), n. 28, v. 13, p. 07–26, jan.-abr. 2023. Disponível em: <[Novo Ensino Médio e os itinerários formativos: possibilidades para os multiletramentos? | Travessias Interativas](#)>. Acesso em: 8 ago. 2025.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. revista e atualizada - Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação (Santa Maria. Online)**, v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117157485009>. Acesso em: 8 ago. 2025.